

RESENHA

PINTO, Paulo Roberto Margutti. *História da filosofia do Brasil (1500-hoje): 1ª parte: o período colonial (1500-1822)*. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 377 p.

*Elton Moreira Quadros**

O professor Paulo Roberto Margutti Pinto durante anos esteve à frente da área de lógica e filosofia da linguagem no Brasil. No entanto, a partir de uma mudança implementada no departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o aumento de uma disciplina de lógica e a exclusão da disciplina filosofia no Brasil, houve uma mudança de perspectiva para o professor que o fez se interessar de maneira intensa e profunda pela filosofia e seus caminhos no Brasil.

A primeira pergunta realizada por Paulo Margutti Pinto foi algo que parecia simples, mas que revelava o estado e o interesse da filosofia brasileira nos departamentos de filosofia das universidades brasileiras, ou seja, como uma proposta de extinção das disciplinas de filosofia no Brasil foi tão rapidamente aceita e tão facilmente assimilada por professores de filosofia brasileiros?

A partir deste questionamento, Margutti Pinto empreendeu uma grande pesquisa sobre a filosofia do Brasil chegando à fundação, em 2001, do Fibra (Grupo de Filosofia no Brasil) e agora nos brinda com a publicação, pelas Edições Loyola, do primeiro volume de um estudo que pretende, em três livros, trazer à luz os momentos mais significativos dos quinhentos e quatorze anos da experiência filosófica na Terra de Santa Cruz.

Neste primeiro volume, que ora resenhamos, são apresentados os momentos da filosofia no Brasil, no período colonial, que percorre, portanto, do ano 1500 até a declaração de independência do Brasil em 1822.

O primeiro destaque é dado ao pensamento filosófico português durante o período que o Brasil era uma distante colônia portuguesa. Nesse sentido,

* Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade na UESB. Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa da Bahia (Fapesb). *E-mail*: eltonquadros@gmail.com

há uma especificidade tanto da Península Ibérica quanto de Portugal que, ao contrário de uma adesão à modernidade tão característica de países do Norte, permaneceram ainda muito ligados à espiritualidade medieval e “possuindo uma qualidade mais entrópica do que evolutiva” (PINTO, 2013, p. 43).

Além das questões da política do período colonial, vale destacar que, em Portugal, há uma espécie de “segunda escolástica” que compreende um período de um pensamento barroco-tomista (1500-1640) que está dividido entre manifestações de um catolicismo barroco, por um lado, e um tomismo ortodoxo, por outro. Apesar de um “sabor” bastante medieval, o pensamento desenvolvido neste período está também em diálogo (direto ou indireto) com o também nascente pensamento moderno.

Após um período de transição que vai de 1640 até 1750 e contará com uma forte tensão existente entre os tomistas que ocupavam predominantemente a universidade, surgirá com força em Portugal, mas ainda fora do ambiente acadêmico da época, o iluminismo.

O período iluminista português significa uma nova direção no jeito lusitano de filosofar – inclusive por não estarem rigidamente ligados a algum sistema filosófico, esses pensadores serão conhecidos como ecléticos e serão críticos do tomismo anteriormente “reinante” e terão agora a observação empírica como um importante critério do seu fazer filosófico.

Apesar de influenciar a filosofia no Brasil, a filosofia portuguesa não estabelece com aquela uma relação de paralelismo e poderemos perceber ao longo do livro o caráter distinto das duas experiências.

O Brasil, aponta Margutti, apresenta características próprias que refletem a relação entre Metrópole e Colônia, por conta de sua diversidade cultural inicial, uma vez que além dos índios, os negros também possuem uma visão de mundo distinta do universo português – e isso marcará a “visão filosófica do mundo” em nosso país.

Mesmo o programa de colonização brasileiro enfrentou perspectivas opostas; de um lado, o projeto dos jesuítas com as missões e o desejo de evangelização, do outro, o projeto vencedor dos colonos que acabou por formar um país em que tanto índios, quanto negros e, até mesmo, os europeus acabaram por perder a identidade e, na sua origem (será que somente nela?), a cultura brasileira constituiu-se em “uma combinação de licenciosidade sexual, autoritarismo político e moralidade frouxa” (PINTO, 2013, p. 355).

Apesar de um período inicial mais lento, a filosofia do Brasil, no período que vai de 1500 a 1820, também terá três fases distintas. A primeira fase é o período pré-colonização (1500-1530), em que o autor apresenta, a partir dos estudos de Viveiros de Castro, a visão de mundo dos índios que aqui habitavam – vale destacar que semelhante à investigação realizada sobre a visão de mundo dos índios, também a perspectiva dos negros é abordada.

No segundo período do catolicismo barroco (1530-1808), marcado pela preocupação com a conversão dos índios, dos escravos e dos próprios europeus que aqui viviam, houve um predomínio de uma visão eclética que misturava elementos cétricos, estoicos e salvacionistas, revelando, de alguma maneira, um pessimismo de fundo que espera encontrar na transcendência os elementos que libertem o indivíduo de sua condição. Nestes períodos, destacamos, entre os autores apresentados por Margutti, as ideias dos padres Manuel da Nóbrega (1517-1570) e Antônio Vieira (1608-1697), de Gregório Matos (1636-1706), do Frei Mateus da Encarnação Pina (1687-?), de Matias Aires (1705-1763) e Cláudio Manoel da Costa (1729-1789).

Por fim, a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil em 1808, com as importantes transformações políticas, sociais e culturais advindas daí, possibilitou o aparecimento do período de ruptura iluminista ou iluminismo católico (1808-1822), que trouxe para o País, muitas vezes por meio de brasileiros que estudaram no exterior, a divulgação das descobertas científicas e os conteúdos do pensamento político modernos. Neste período, encontramos uma preocupação com a escrita de textos mais especificamente filosóficos e que gerará uma transição da fase eclética anterior para formas mais sistematicamente filosóficas que marcarão o futuro da filosofia brasileira, como o ecletismo espiritualista, o positivismo e o ecletismo que terão mais desenvolvimento durante o Brasil Império. Os autores destacados são Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1848), Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1774-1825) e Hipólito da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823).

A pesquisa do professor Paulo Margutti apresenta em perspectiva o período colonial da filosofia brasileira, permitindo, inclusive realizar correções em algumas perspectivas equivocadas que a historiografia da filosofia brasileira incorreu durante anos, não por má-fé, mas por preconceções que não revelam a realidade do pensamento filosófico, entre elas, a percepção negativa de que não seria possível haver um pensamento filosófico autên-

tico no Brasil, o que gerou em algumas pesquisas sempre uma busca por demonstrar como as ideias filosóficas aparecidas nos grandes centros do pensamento europeu eram retrabalhadas por aqui.

Em alguma medida, muito do que vemos nos departamentos de filosofia hoje ainda é reflexo dessa visão pessimista sobre a filosofia no Brasil, e que acaba por tornar a quase totalidade da pesquisa filosófica brasileira num extenso comentário aos filósofos e escolas filosóficas estrangeiras.

Nestas páginas do professor Paulo Roberto Margutti Pinto, encontramos uma contribuição que busca revelar o período colonial reformulando algumas imagens negativas que temos, tanto da filosofia no Brasil como propriamente do período colonial.

Compreender as origens e os temas centrais dos interesses filosóficos brasileiros pode nos ajudar, e muito, a dar passos mais ousados e mais profundo no desenvolvimento da filosofia brasileira hoje.

Data de registro: 15/04/2014

Data de aceite: 22/10/2014